

INCLUSÃO ESCOLAR – UM DEBATE HISTÓRICO E NECESSÁRIO

CORVALAN, Aline Aparecida Wegher¹
PALOMA, Michely Isber Ruiz²

RESUMO

O presente artigo é oriundo de pesquisas bibliográficas realizadas através da análise da realidade do ensino inclusivo, sua historicidade e concepções na atualidade. Através dos estudos realizados, foi possível a construção inicial de uma linha do tempo, conduzindo a trajetória da educação especial ao longo da história de nosso país, passando por momentos distintos em nossa sociedade, analisando a conjuntura geral do país e sua influência no ensino regular. O trabalho também visa orientar o debate acerca da importância da participação dos profissionais da educação no processo de crescimento da inclusão escolar. A pesquisa objetiva fornecer uma estrutura necessária para desenvolver uma postura investigativa a respeito das concepções políticas e da inclusão escolar, analisando a maneira como a educação, em todos os seus campos, tem se desenvolvido ao longo dos anos juntamente com a sociedade, e os reflexos que ficam para a formação acadêmica dos cidadãos.

Palavras chave: Inclusão Escolar. História. Concepções. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos o processo de inclusão escolar sofreu diversas mudanças, notou-se muitos avanços ao longo da história da educação, porém ainda estamos muito distantes do que seria o ideal para os educandos. Faz-se necessário refletir sobre o ensino-aprendizado das crianças que tem necessidades educacionais especiais, sabendo que muitas, com diversas deficiências estão em sala de aula e devemos incluí-las neste processo.

O processo de aquisição de conhecimentos é destinado a todos, porém, sabemos que cada um aprende a sua maneira e precisamos analisar como o ensino tem ocorrido para estes que necessitam de um acompanhamento diferenciado. É de

¹ Acadêmica do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso da Graduação em Licenciatura em Educação Especial.

² Professora do Centro Universitário Internacional Uninter.

extrema importância analisar como a escola tem enfrentado os desafios da inclusão escolar e se esta análise tem causado um impacto positivo sobre as mudanças no processo.

A Inclusão Escolar no Brasil passou por um longo processo histórico até chegarmos aos dias de hoje, fazendo parte da história de nosso país. Para compreendermos o percurso da educação especial, precisamos entender o que se passou no decorrer dos anos para conhecer as atuais concepções de ensino e avaliação aplicadas na educação especial. Quando falamos em educação sabemos que não temos nada pronto e acabado, devemos considerar o cotidiano e a história, pois cada momento é único e as aprendizagens são múltiplas.

Nesse sentido, o presente artigo visou responder a seguinte problemática: Como a inclusão escolar tem ocorrido no ensino regular? Quais avanços temos alcançado com o decorrer da história da educação inclusiva? Analisando a evolução histórica da educação especial, compreendendo como o processo de evolução tem ocorrido para observarmos a atual situação do ensino, apontando momentos decisivos de implementação das mudanças e concepções de ensino ao longo da história.

A pesquisa foi realizada no âmbito da pesquisa bibliográfica seguida de análise qualitativa dos dados encontrados, sendo baseada em um conjunto de ações sistemáticas, minuciosas, completas, sustentadas, com as quais se descobrem novos fatos ou compreendem-se os fenômenos até então considerados complexos. Analisados e interpretados os dados colhidos através das leituras e interpretações construiu-se as possíveis soluções para a problematização e as conclusões que se chegou a respeito do tema estudado.

Em um primeiro momento analisamos a trajetória histórica da educação como contraponto nas relações sociais construídas e pela reorganização social e econômica do país. Em seguida trata-se do papel do professor diante das diferentes concepções de ensino adotadas historicamente. Para enfim, trazer à tona uma análise da atual situação da inclusão no sistema de ensino regular, verificando os desafios e analisando a necessidade de formação sólida, levando o estreitamento entre ensino e pesquisa.

É através dessa análise e estudo constante que vemos a necessidade de discutir a situação que se passa a educação especial brasileira, sendo que o presente artigo retoma temas que não deixam de ser atuais, ressaltando a

importância da trajetória histórica e conhecimento das atuais concepções de ensino. Durante a pesquisa bibliográfica foram analisadas e investigadas as diversas situações presentes no meio educacional e como alcançar a qualidade educacional em todos os campos da educação, pensando na inclusão para todos.

O presente artigo visou analisar a evolução histórica do ensino inclusivo, compreendendo-o como um processo, e através dessa análise e estudo constante que vê-se a necessidade de retomar temas que não deixam de ser atuais como concepções de ensino e a aplicabilidade dentro da educação especial. Propondo, também, repensar os desafios do oferecimento de uma educação especial dentro da perspectiva inclusiva atual.

2 INCLUSÃO ESCOLAR: UM DEBATE HISTÓRICO E NECESSÁRIO

Atualmente vemos cada vez mais a inclusão ocorrendo em nossas escolas, em Santa Catarina temos um modelo de educação inclusiva onde as crianças vão à escola regular e tem direito a segundos professores, o que auxilia ainda mais no desenvolvimento da aprendizagem e inclusão social desses alunos. Mas como sabemos este foi e ainda é um processo lento que vem ocorrendo ao longo da história da educação e muito ainda há que ser analisado e melhorado. Ao refletir e compreender a educação inclusiva através de seu histórico, temos uma ampla visão sobre as transformações que essa inclusão passou conforme as necessidades dos seres humanos e a transformação da sociedade. Quando abordarmos a educação inclusiva notamos que é um assunto muito polêmico e discutido não somente em âmbito nacional, mas sim mundial.

Segundo Fonseca (1995, p. 37):

Constitui verdade inquestionável o fato de que a todo o momento, as diferenças entre os homens fazem-se presente, mostrando e demonstrando que existem grupos humanos dotados de especificidades irreduzíveis. As pessoas são diferentes de fato, em relação a cor da pele e dos olhos, quanto ao gênero e a sua orientação sexual, com referência as origens familiares e regionais, nos hábitos e gostos, no tocante ao estilo. Em resumo, os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas. São então diferentes de direitos. E o chamado direito a diferença; o direito de ser, sendo diferente.

Os seres humanos possuem sua diferenciação natural e é no campo educacional que notamos ainda mais essas diferenças, pois além do que já é natural

e cultural, temos formas únicas e diferenciadas de formas de aprender. Porém devemos refletir sobre o direito de aprender, pois, na educação, há uma construção ampla do diálogo entre as diferenças, já que as aprendizagens são múltiplas e assim heterogêneas e não devem ser um fator de exclusão, temos que refletir e repensar o espaço do currículo, o qual deve ser aberto e flexível, oportunizando a reflexão crítica sobre a história das minorias dentro do processo de ensino aprendizagem. A educação acontece nas relações sociais construídas e pela reorganização social e econômica de cada país, compreender isto é dar sentido ao fazer pedagógico. Aqueles que desejam se embrenhar na profissão pedagógica e evoluir em seus conhecimentos devem estar atentos a realidade escolar brasileira, a qual possui muitos problemas que devem ser questionados e solucionados para o bom andamento do dia-a-dia escolar.

A educação foi se modificando no decorrer dos séculos e não há como entender a situação atual sem conhecer as transformações, mudanças de estrutura e finalidades, não se trata de reconhecer o sistema fora de sua razão histórica e sim conhecer sua configuração em cada momento e suas conjunturas sociais. Devemos encaminhar o reconhecimento das implicações possíveis do sistema de ensino em seus contextos visualizando hipóteses sobre o movimento diferencial que leva as mudanças sociais e educacionais. De acordo com Melo e Urbanetz (2013,p. 17):

A educação em geral é um processo inerente ao ser humano em todas as épocas históricas e uma das ações que diferenciam os homens dos demais seres vivos. Essa diferença acontece porque os homens, em seu processo de constituição humano, não contam com o sortilégio da espontaneidade natural gravada nos genes dos animais, mas, ao contrário, o homem é o ser que precisa construir suas condições de vida, partindo das condições materiais que dão origem às demais condições.

Para que possamos compreender o processo que a educação passou precisamos conhecer a história, para assim, também evoluirmos em nosso plano educacional. A história da Educação Especial se deu no Continente Europeu por volta de 1500, quando se iniciaram os primeiros processos para ensinar as pessoas com diferentes deficiências. Esses primeiros alunos se encontravam em asilos, pois eram considerados como anormais, lá eles eram protegidos, pois não se acreditava que pudessem adquirir conhecimentos devido a sua “anormalidade”. Naquela época alguns educadores interessados se tornaram preceptores das crianças chamadas de diferentes ou das crianças com algum tipo de deficiência. O início do trabalho educativo se deu com crianças surdas, as quais os pais acreditavam que pudessem investir. Por volta de 1700, então este trabalho

foi expandido para então atender pessoas cegas e ou com deficiências físicas, sendo que em 1832 foi criado na Alemanha o primeiro instituto de educação especial. Em 1948 iniciou-se nos Estados Unidos o atendimento de pessoas com deficiência mental, o que se tornou um grande marco para o avanço e expansão de institutos especializados para o desenvolvimento de pessoas com deficiências e distúrbios.

Então no final da década de 1970 e por volta de 1980 os alunos com algum tipo de deficiência começaram a ser incluídos em classes regulares, até mesmo alunos que por algum motivo ainda não haviam sido inseridos no passado. Em 1986 se deu início a divisão da educação especial e Serviços de Reabilitação do Departamento de Educação dos Estados Unidos da América para fundir a educação especial e educação regular.

No final da década de 1980, intensificou-se a necessidade de educar os alunos com N.E.E (necessidades educativas especiais) no ensino regular. Em 1988 uma resolução adotada pela Associação para pessoas com Deficiências Graves, reivindicando a integração da educação especial e regular aumentou o debate concernente a um sistema unificado de educação.

Foi apenas nos anos 2000 que realmente começamos a perceber um avanço maior com relação a inclusão escolar, principalmente com o Ministério da Educação trazendo a educação especial para o leque de formação dos professores. Então em 2008 vemos uma confirmação real desse avanço com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a qual definia que todos deveriam estudar na escola comum, trazendo uma curva significativa aos números de matrículas de crianças deficientes na escola regular. Também neste ano o Brasil ratifica a convenção dos direitos das pessoas com deficiência, da ONU, fazendo da norma parte da legislação nacional.

Analisando o contexto histórico e a evolução da educação percebe-se que no Brasil a Educação Especial, passou por várias reformas legislativas e políticas que facilitaram o acesso à uma educação igualitária. Porém ainda temos muito a evoluir, pensando em direitos de aprendizagem a todos, pois não basta estar incluído, mas também que esteja se desenvolvendo segundo suas necessidades.

2.1 INCLUSÕES SOCIAL E ESCOLAR

Inclusão social é muito mais do que permitir que crianças com deficiências frequentem a escola regular, ela é um conjunto de meios e ações para o combate à exclusão da vida em sociedade, a qual pode advir de uma deficiência ou até mesmo pela sua origem, idade, educação e ou preconceitos raciais. Esta inclusão deve orientar a elaboração de políticas e leis, criando programas e serviços para o atendimento das necessidades especiais não apenas dos deficientes, mas de todos os excluídos socialmente. Nisto consiste a criação de métodos que adaptem os deficientes aos sistemas sociais, para que todos possam participar ou ao menos tentar acompanhar todas as atividades desenvolvidas em sociedade.

Então é necessário modificar a estrutura e serviços oferecidos pela sociedade, abrindo espaços conforme as necessidades específicas de cada pessoa com deficiência, para que estas possam interagir integralmente, e isto não pode ser um parâmetro para a discriminação e sim para que todos possam ser vistos por seu potencial e habilidades mesmo que fora do padrão estabelecido socialmente.

Segundo Mantoan (2003, p. 11):

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

A escola é um instrumento de modificação social, então a inclusão implica mudança no atual paradigma educacional, para que se encaixe e realmente ocorra em âmbito não apenas escolar, mas social. Isso leva às conexões que se formam entre os saberes e a subjetividade humana com o cotidiano, o cultural e social, criando um novo paradigma de conhecimento. Assim a inclusão social vai além dos muros da escola, tornando toda a sociedade um lugar viável para todos os tipos de inteligências e potencialidades. Por isso, há que se trabalhar para mudar todo o nosso entorno para que a estrutura dos sistemas sociais venha de encontro com uma estrutura sólida de inclusão dentro de todos os aspectos, como educação, trabalho, saúde e lazer, já que a educação inclusiva deve abranger a todos os seres humanos. Este processo deve ser ampliado para a participação de todos os estabelecimentos de ensino regular, onde desde a infância todos possam vivenciar

uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas sociais e educacionais e dentro de escolas verdadeiramente inclusivas, tendo uma abordagem humanística e democrática.

2.2 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO BRASIL

As políticas públicas deveriam cada vez mais levar em conta a inclusão social, pois mesmo analisando todo o contexto histórico, vemos como o avanço nesta temática tem sido a passos lentos, pois esta é uma questão que deve ser formulada e executada por decretos e leis, assim como em declarações e recomendações para que haja pleno cumprimento. Temos desde 1994, um grande documento-guia sobre princípios, política e práticas em Educação Especial que é a Declaração de Salamanca, que hoje ainda é através dela que temos uma visão mais plena da inclusão, pensando e analisando o quanto tanto o indivíduo como a sociedade precisam estar prontos e aptos para adaptação, para assim haver uma situação de igualdade para todos os cidadãos.

Mesmo tendo conhecimento deste documento e tantos outros parâmetros necessários para uma real inclusão social, infelizmente nosso sistema escolar ainda recorta uma realidade onde há divisão entre alunos “normais e deficientes”. Os currículos ainda são organizados em disciplinas isoladas e separando conhecimentos, sem analisar as suas interrelações, tendo uma visão avaliadora e determinista, que tende a ignorar o afetivo, a criatividade e o subjetivo.

As políticas educacionais do ensino precisam de reflexões e análises pelas diversas áreas de conhecimento. Assim poderemos entender as transformações ocorridas através de todo processo de globalização, analisando a “sociedade do conhecimento”, a “era da informação”, a “sociedade em rede”, entre outras expressões, que nos remetem a esta nova conjuntura das reformas educacionais, vendo a educação como o início da transformação e desenvolvimento para a sociedade global. Há a necessidade de uma reformulação unindo forças entre sociedade política e sociedade civil, acontecendo um controle de qualidade, sem pensar que a educação é um bem ou uma mercadoria a venda.

Segundo Zoccoli (2012, p. 173):

As políticas educacionais no Brasil são fortemente influenciadas pelo ideário da classe dominante: condicionadas e direcionadas, inclusive por organismos internacionais, para a formação de profissionais que atendam às necessidades do sistema em diferentes níveis, tecnicizando tornando alienante essa formação. É motivo de revolta dos educadores brasileiros quando é negada a sua participação para a transformação social pelas práticas pedagógicas de forma crítica. Essas práticas tem por objetivo proporcionar aos estudantes formação para que sejam cidadãos ativos em busca dessa transformação, desconsiderando também a realidade, dando forças à reprodução, esvaziando-se de seu compromisso político e social que o momento exige e imputando a ele o cargo de “executor” de tarefas.

A educação brasileira tem vivido diversas situações educacionais nos diferentes níveis, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Sendo que a mesma é um mecanismo social, o qual depende da evolução da sociedade, a organização do ensino deve acompanhar esta evolução e acompanhar as mudanças educacionais. Porém vale nos perguntarmos se a educação realmente evoluiu juntamente com a sociedade, se está conseguindo atender as necessidades de formação de cidadãos, não apenas voltados para o trabalho, não bastando apenas formar acadêmicos, é necessário formar cidadãos críticos. Uma sociedade com educação de qualidade, futuramente verá os resultados de sua boa situação com pessoas que saberão fazer boas escolhas e que sejam honestos, pois a situação escolar dos cidadãos revela o seu real desenvolvimento. Então faz-se necessário defender a ideia de que as finalidades e princípios da educação precisam ser compreendidos em sua provisoriedade.

A educação inclusiva deve ser um processo de construção no qual as pessoas excluídas e a sociedade busquem, em conjunto, efetivar a igualdade de oportunidades, o que está atrelado à uma sociedade verdadeiramente democrática, onde todos conquistam sua cidadania e a diversidade seja respeitada, onde as diferenças sejam reconhecidas, porém aceitas, pois mesmo com uma ampla discussão sobre inclusão, a maioria dos alunos com necessidades especiais ainda estão fora das escolas. Temos que lembrar que muito mais do que oferecer um espaço físico adequado, também devemos ter respeito e compreensão das habilidades de cada um. Há a necessidade do reconhecimento do indivíduo mesmo com suas limitações, para que ele possa ser participativo e capaz de aprender, trabalhando as diferenças de modo a satisfazer as necessidades básicas para a inclusão no meio social.

Mesmo conhecendo as leis e declarações que fundamentam a inclusão, no cotidiano das escolas há muitas diferenças do que é proposto e o que é feito na

prática. Há ainda muito despreparo dos profissionais envolvidos nesse processo e se faz necessário mudar essa realidade e garantir uma educação pública de qualidade para todos, inclusive para os educandos com deficiências.

Segundo Stainback:

O crescimento dos serviços educacionais muito depende de movimentos organizados pelos pais dos portadores de deficiência, que desejavam lutar pelos direitos de seus filhos, já que até então não tinham o direito de opinar. Por volta de 1950 esses movimentos começaram a ganhar força. (STAINBACK, 1999, p.40)

Analisando o ensino inclusivo ainda notamos muitas barreiras, como, atitudes negativas em relação à deficiências, os altos custos para o acesso físico, a grande quantidade de alunos em sala, pobreza, discriminações e um alto nível de dependência de algumas crianças com deficiência dos que as cuidam, dentre tantos outros desafios. Porém, temos que exercer nosso papel na sociedade sendo que a educação é fundamental para seu desenvolvimento, assim como para o exercício da cidadania e na inserção dos diferentes meios e culturas.

2.3 O PAPEL DA ESCOLA E DO EDUCADOR NA INCLUSÃO ESCOLAR

A escola é uma instituição de extrema importância no contexto social, pois é encarregada da promoção da inclusão e conseqüentemente da diminuição da exclusão social, pois é nela que vemos os princípios e políticas sociais se materializarem na prática.

A escola ocupa um lugar de destaque no contexto da inclusão social mesmo estando ciente das políticas neoliberais, então a gestão escolar deveria ser comprometida com a formação do sujeito social. Porém há um compromisso paradoxal de trabalhar com duas realidades distintas e contraditórias. Ela cumpre seu papel de formadora de hábitos, atitudes, competências e habilidades para um cidadão apto ao mercado de trabalho com conhecimento e um padrão homogêneo de comportamento o qual deverá ignorar as diferenças culturais e socioeconômicas presentes no contexto de onde se originam esses sujeitos. Vivenciar a realidade escolar no contexto das políticas neoliberais é muito aceito no papel, mas ao vivenciar o cotidiano escolar verifica-se que a teoria da formação de cidadãos é totalmente diferente da prática.

Quando a escola forma um sujeito autônomo de suas atitudes, apto ao mercado de trabalho e às demandas da sociedade deve-se lembrar também que há um grande número de pessoas desqualificadas por vários motivos, sendo o fator principal a exclusão do acesso ao conhecimento, e não se adequaram às demandas e as necessidades da sociedade capitalista.

A educação e a escola podem ser uma alternativa de contestação da ordem dominante, e para estas contradições o departamento de educação situa o seu compromisso em desenvolver e implementar políticas públicas cujo propósito é o respeito à diferença na promoção dos direitos humanos. E para entendermos melhor, analisamos o Parecer CNE n.017/2001 que nos diz o seguinte:

A consciência do direito de construir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito a igualdade e no respeito às diferenças assegurando oportunidades diferenciadas tantas quantas forem necessárias com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2001,p.78)

Quando falamos em inclusão não basta pensar em igualdade é necessário equidade para que todos possam ser respeitados segundo suas possibilidades e necessidades especiais, ocorrendo uma proposta político pedagógica que retoma a centralidade da escola e do professor na gestão das políticas educacionais, tendo como principais linhas de ação a reformulação curricular, a construção de um novo plano de educação e a efetivação da formação continuada dos profissionais da educação. Neste contexto faz-se necessário desenvolver projetos de reformulação curricular que tenham como base uma elaboração coletiva de um conjunto de ideias que permeiam as propostas que estarão na base do processo de ensinar e aprender nas escolas.

As políticas de construção dos currículos devem ser espaços públicos para a tomada de decisões, onde seja refletida a dinâmica dos movimentos sociais. O currículo deve simbolizar um discurso oficial, legitimando os diferentes atores sociais que o colocam em prática, e acima de tudo os sujeitos que se situam no contexto escolar.

Sendo assim, a educação especial deve buscar debates tentando redimensionar os fundamentos e as concepções que norteiam o fazer pedagógico das escolas, uma vez que currículos flexíveis, abertos e dinâmicos, que permeiam o

acolhimento de todas as diferenças presentes no contexto escolar, constituem um fundamento essencial à inclusão.

A reformulação curricular leva em conta a formação continuada dos profissionais da educação, visando à reflexão dos mesmos sobre os desafios que enfrentam na prática pedagógica e as dificuldades no trabalho devido às necessidades cotidianas apresentadas por estar envolvido com a diversidade. Deste modo fica evidente que as necessidades educacionais especiais não devem ser discutidas somente pelos profissionais da educação especial, mas sim por todos os profissionais da educação.

Há uma necessidade urgente em entender o ensino e compreender que o desempenho do professor é essencial para a boa formação dos alunos, pois a ação pedagógica deste se materializa com sua concepção de educação, de sociedade e de homem que se quer formar. Segundo Melo e Urbanetz (2013, p. 15):

A atuação docente em nível superior, bem como em quaisquer outros níveis, não pode prescindir da elaboração o mais consciente possível, por parte desse profissional, de concepções referentes a um projeto educativo que irá acompanhar sua atividade docente, referendando os objetivos que, individual e coletivamente, pretende alcançar. Esse projeto educativo presente no ideário e na prática do professor universitário não se constrói isoladamente de outros elementos pertinentes a este projeto maior: o currículo e o planejamento das disciplinas em que atua.

Em uma perspectiva inclusiva, ensinar, significa ressignificar o papel do professor, da escola e também de suas práticas pedagógicas em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e os professores precisam estar preparados e tendo propostas de profissionalização diferentes, porque as escolas não serão mais as mesmas se abraçarem a educação especial realmente

Então o professor em qualquer nível, deve cumprir seu papel político na medida em que possui competência para o ato de educar, não estando fora das determinações da sociedade, pois esta é uma grande mediadora da prática social, trazendo à tona as desigualdades também no ensino. Para isto o professor precisa estar consciente de seu papel no processo de desenvolvimento, organizando e planejando atividades voltadas para sua visão de educação, sendo libertadora ou reprodutora. Melo e Urbanetz (2013, p. 23) explicam que o processo educativo é o ato que cada sociedade produz de maneiras diferenciadas, promovendo nas novas gerações a constituição do ser humano adequado aos limites vividos pela

sociedade, a educação vem promover em cada um dos indivíduos a humanidade produzida socialmente.

Enfim, O presente artigo iniciou com a escolha do tipo de pesquisa, sendo esta de cunho qualitativo, teórico-bibliográfico.

Segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 66), a pesquisa Bibliográfica,

Trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisados em livros, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações material cartográfico, com objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o mesmo. (LAKATOS e MARCONI, 1987, p. 66).

A pesquisa foi realizada no âmbito da pesquisa bibliográfica seguida de análise qualitativa dos dados encontrados, sendo baseada em um conjunto de ações sistemáticas, minuciosas, completas, sustentadas, com as quais se descobrem novos fatos ou compreendem-se os fenômenos até então considerados complexos. As fontes foram sites de universidades, livros e artigos acadêmicos, que através da observação inicial foi partido para a pesquisa de autores que afirmassem a prerrogativa pesquisada, então projetou-se e esquematizou-se as diversas etapas que compõem uma pesquisa científica, incluindo a delimitação do tema e a prospecção do problema. A meta principal consistia em compreender a Educação Especial em suas características históricas e sua importância na formação da sociedade e dos cidadãos.

Cervo e Bervian (1976, p. 69) dizem que:

Qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa.

A execução não consistiu em mera aplicação do planejamento, uma vez que sempre haverá aspectos subestimados, superestimados ou não considerados que necessitam ser avaliados. O projeto fixou-se na fase de pesquisa e comprovação bibliográfica, com produção de texto sobre o tema, efetivando todos os elementos planejados de modo crítico e atento a realimentações, especialmente analisando ações corretivas necessárias. O critério utilizado para as escolhas das obras, sites, livros e artigos consultados partiu da necessidade de maior informação sobre a educação especial e sua trajetória histórica, onde os textos fossem claros e limpos

ao abordarem esse tema e os autores que selecionados atenderam as expectativas ao falarem deste assunto.

Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida através de material já existente, principalmente livros e artigos científicos. Após escolha do tema e definição quanto ao tipo de pesquisa a ser adotada, elencou-se diversos materiais pertinentes ao assunto, valendo-nos de meios impressos e eletrônicos. Analisados e interpretados os dados colhidos através das leituras e interpretações construiu-se as possíveis soluções para a problematização e as conclusões que se chegou a respeito do tema estudado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teceu considerações importantes a respeito da inclusão escolar e sua trajetória histórica, sendo este perante a sociedade um elemento socializador, integrador e de aprendizagem nas suas diversas abordagens. Após análise minuciosa da situação histórica e atual da educação especial, vemos que ainda há desafios a serem superados pelos profissionais na atualidade. O professor necessita ter domínio de conteúdos, mas também compromisso com a formação dos estudantes. Notou-se com a pesquisa uma grande preocupação advinda da sociedade em constante transformação, como consequência dos caminhos tomados para o desenvolvimento.

Sobre as mudanças nas Instituições de Ensino no Brasil pode-se analisar a perspectiva à exposição e discussão das transformações que afetam as instituições de ensino, compreendendo seus modelos, buscando observar a configuração das instituições com um ensino colaborativo. Através da bibliografia consultada notou-se que a escola é uma instituição social de papel fundamental para a formação intelectual e científica da sociedade, estruturada em normas e valores da sociedade vigente em sua época. Sendo assim, é vista com ideias e doutrinas, com normas e valores integradores de um sistema visando a qualificação profissional e a promoção do desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Então analisando as escolas como instituições sociais, vemos como as mudanças na sociedade também acarretam transformações nas formas de obtenção de conhecimento e informações, sendo que o professor precisa acompanhar estas

mudanças. Atualmente estas devem atender esta demanda de mudanças, buscando um controle para se chegar a um ensino colaborativo e de qualidade.

Através da construção deste artigo pode-se adquirir um amplo conhecimento da realidade da educação especial, quanto às políticas educativas e a legislação vigente, bem como as práticas educativas e a formação dos profissionais. Nos levando à relevância de tornar maior o envolvimento com toda a sociedade para melhor organização do trabalho pedagógico e atingir uma educação justa, eficiente e de qualidade. Pois é com a participação efetiva da sociedade que conseguiremos atingir políticas sérias e eficientes, que contribuirão para a superação das contradições da sociedade em que se vive construindo um ensino mais humano, democrático e inclusivo.

As políticas educacionais brasileiras ainda são muito influenciadas pelas classes dominantes, o que traz um grande desafio para os professores. Embora nosso país tenha avançado nas últimas décadas, ainda há muito a ser feito. A educação de qualidade ainda permanece elitizada, mesmo assim já vemos espaço para a ascensão social dos cidadãos. A inclusão social é uma grande batalha para todos e apesar de tantos avanços ainda vemos a necessidade de equidade com relação às instituições escolares em nosso país.

Nosso país ainda possui grandes dificuldades, principalmente com a sociedade em geral, pois a educação especial e inclusiva demonstra o preconceito das pessoas contra a diferença, dificultando que essas crianças façam parte das classes regulares, instruindo-as para classes especiais com mais recursos. A LDB aprovada em 1998, trouxe um grande avanço na educação de nosso país, ela visa tornar a escola um espaço de participação social valorizando a democracia, o respeito a pluralidade cultural e a formação do cidadão. Enfim com o tema estudado notou-se que apesar das mudanças na educação, ainda há a necessidade da democratização do ensino inclusivo, buscando a formação integral de todo e qualquer cidadão independente de suas necessidades educacionais.

Enfim a realidade da educação inclusiva não é mais um fato que poderá vir a acontecer ou que está em projeto e sim é o que já está acontecendo. A educação inclusiva ainda deve passar por bastante dificuldades até tornar-se 100% aceita por nossa sociedade, ou talvez se torne uma batalha onde não haja nem vencidos e nem vencedores e sim a conquista do direito de igualdade e liberdade na qual a

família dos alunos com deficiências sintam-se simplesmente realizados de poder ter seus filhos frequentadores de classes regulares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Educação Inclusiva: Um meio de Construir Escolas para Todos no Século XXI. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Brasília, ano 1, n.1, p.12-19, out. 2005.

CERVO, A; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Arte Medicas , 1995.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **A Reforma do Ensino Superior no Campo da Formação dos Profissionais da Educação Básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores**. Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, dezembro/99.

LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LAKOMY, Ana Maria. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

MANTO AN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2001.

MELO, Alessandro de. URBANETZ, Sandra Terezinha. **Organização e estratégias pedagógicas**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão, um Guia Para Educadores**. Porto Alegre: Artemed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Unesco, 1998.

ZAMBONI, Fausto. **Contra a escola – Ensaio sobre literatura, ensino e Educação Liberal**. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2016.

ZOCCOLI, Marlise Monteiro de Souza. **Educação Superior Brasileira: Política e Legislação**. Curitiba: InterSaberes, 2012.